[Recensão a] Raimondo Lo Russo - Droit Comptable Européen

Autor(es): Lavouras, Maria Matilde

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/24708>

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4260_55_8

Accessed : 26-Apr-2023 12:47:11

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

VOLUME LIV
2 0 1 1

COIMBRA

RAIMONDO LO RUSSO *“Droit Comptable Européen”*, Larcier, 2010, 808 pp., ISBN: 978-2-8044-3812-8.

A obra ‘Droit Comptable Européen’ é um texto extremamente actual que aborda, do ponto de vista teórico-técnico a temática do Direito Contabilístico no contexto da União Europeia, ou, se preferirmos, analisa as implicações decorrentes da adopção pela União Europeia das normas IAS/IFRS.

Trata-se, antes de mais, de uma obra bem estruturada que contém uma introdução e duas partes, todas elas divididas em capítulos.

Na Introdução, subdividida em dois capítulos, um relativo ao contexto contabilístico europeu e outro dedicado à análise do direito contabilístico europeu, é feita uma análise da evolução legislativa que culminaria com a adopção do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro de 2008, que adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais Contabilísticas, e com a criação das instâncias de regulamentação no domínio contabilístico na Europa.

A esta exposição tendencialmente histórica segue-se uma análise da evolução das normas de direito contabilístico na Europa, com especial incidência sobre as disposições das Quarta e Sétima Directivas (respectivamente, a Directiva 78/660/CEE, do Conselho, de 25 de Julho de 1978 e a Directiva 83/349/CEE, do Conselho, de 13 de Junho de 1983), da Directiva 2006/43/CE, do Conselho, de 17 de Maio de 2006, da Directiva 90/604/CEE e 90/604/CEE ambas do Conselho, de 8 de Novembro de 1990, da Directiva específica para os bancos e instituições financeiras, da directiva aplicável às empresas de seguros (Directiva 2003/51, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2003), da Directiva 2001/65/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001, Directiva 2006/45/CE, da Comissão, de 16 de Maio de 2006, Directiva 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Junho de 2009, e do Regulamento (CE) n.º 297/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008.

Apesar de se tratar de uma exposição meramente introdutória e que, em regra, é também meramente expositiva a verdade é que surpreende desde logo quer pela qualidade da análise (expositiva) pela exaustão na argumentação explicativa das diversas opções, dedicando-se ainda à análise do regime legal consagrado em qualquer um dos diplomas analisados. Como nota negativa de referir apenas que não se trata de um livro que possa ser lido por quem não detenha conhecimentos específicos na área, dado que, em todas as ocasiões em que tal se mostra possível, as directivas são denominadas pelo nome pelo qual ficaram conhecidas e não pelo número, o que dificulta o estudo a todos aqueles que se iniciem nestas matérias.

Já a Parte Primeira, também ela dividida em capítulos, é dedicada à análise específica das Directivas em matéria contabilística. A técnica de análise utilizada faz ressaltar ainda mais a ideia de que se trata de um livro técnico dirigido especialmente a juristas com especial interesse no estudo destas matérias. A exaustão na argumentação, a explicação cuidada dos conceitos contabilísticos e a especial atenção que é dada à definição de conceitos e sua exposição acrítica tornam este manual num apetreável contraponto de análise crítica das soluções consagradas, em contraponto com as restantes possíveis soluções.

Na Segunda Parte, dedicada inteiramente à análise das normas IAS/IFRS, procede-se a uma análise do quadro contabilístico europeu, incidindo nas questões conceptuais. Tal análise tem como perspectiva final tentar encontrar os pontos de harmonização mínima (ou máxima) para que possamos falar em direito contabilístico europeu. Na verdade, do que se trata, e olhando de uma perspectiva global para a exposição que é feita neste capítulo, é de tentar elencar os argumentos que servem de base a todos aqueles que perspectivam o actual quadro do direito contabilístico decorrente das normas de direito comunitário, sobretudo a partir do Regulamento (CE) n.º 297/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008, como um quadro contabilístico harmonizado e que permite a consolidação não só da liberdade de circulação de capitais mas também a internacionalização das empresas com sede num dos Estados-membros. Em suma,

a consagração da ideia de que, sem a adopção pelos Estados-membros dos standards contabilísticos internacionais adoptados (e criados especificamente) pelo IASB e pelo FASB não estariam criadas as condições necessárias para que se pudesse falar verdadeiramente na existência de liberdade de circulação de capitais, mas também não se conseguiria obter verdadeiramente uma situação de liberdade no acesso ao mercado e liberdade concorrencial. Por nós estamos em crer que, apesar das vantagens que, em termos de internacionalização das empresas que a adopção de tais normas possa ter trazido à economia dos Estados-membros, a verdade é que tais normas têm sido adoptadas de forma tendencialmente acrítica, sem sopesar as circunstâncias e diferenças que o mercado da União Europeia tem relativamente ao mercado dos Estados Unidos e de outros países de influência anglo-saxónica, onde a adopção de tais normas tem já longa tradição, mas nos quais se continua a discutir a utilidade e densificação dos conceitos aí contidos. Contrariamente ao que sucede no contexto europeu e no qual são aplicáveis algumas dessas normas – apenas aquelas que foram adoptadas nos termos e para os efeitos do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 e seus actos modificativos – o contexto dos mercados e das entidades abrangidas pelas IAS e pelas IFRS é bastante diferente. Trata-se de situações em que ao mercado fortemente regulado e regulamentado se contrapõe um mercado tendencialmente livre e em que a regulamentação não fica a cargo de uma qualquer entidade dependente dos órgãos governativos, mas antes de entidades independentes. No primeiro caso – o do contexto europeu – estamos perante situações em que se assiste a uma regulamentação do mercado por via legislativa enquanto que no segundo caso a regulamentação é auto-imposta pelo próprio mercado. A adopção, sem mais, destas regras ditadas pelo mercado num contexto bem diverso do europeu pode trazer, bem se vê, problemas não só de aplicabilidade mas constituir um entrave ao funcionamento do próprio mercado.

Como nota final diremos apenas que se trata de uma obra completa e imprescindível no estudo das questões relacionadas com a problemática do direito contabilístico europeu, sobretudo das relacionadas com a adopção das normas IAS/IFRS. Apesar de

muito descritiva não deixa de colocar os seus leitores perante a perspectiva crítica, fornecendo os elementos necessários para que estes possam, nos seus estudos mais aprofundados desenvolver com segurança a argumentação de sustentação das suas posições críticas e de análise.

Maria Matilde Lavouras
Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra